

AS FUNÇÕES E DEMANDAS SOCIAIS DA UNIDADE ESCOLAR

1. ALEX SANDRO TOMAZINI
MESTRE
UNIVERSIDADE BRASIL
alextomazini@bol.com.br

2. ALINE CARDOSO
ESPECIALISTA EM HISTÓRIA
FACULDADES INTEGRADAS GUARULHOS
alinecardoso2004@bol.com.br

RESUMO

O presente artigo procurou evidenciar que os desafios inseridos no contexto da educação pública brasileira podem ser minimizados quando o espírito de pertencimento de todos na elaboração de um processo ensino e aprendizagem diversificado, descentralizado e que respeite às diferenças culturais, sociais, econômicas e religiosas, tomar conta dos atores que idealizam, elaboram, participam e avaliam este longa metragem que é o filme chamado educação. Buscou-se pautar este trabalho em autores que evidenciaram em suas obras que a educação compartilhada leva o ser humano a sair do seu estado de comodismo e sentir-se livre, criativo e feliz ao constatar que ele pode exercer o seu papel cidadão, trazendo contribuições para sua comunidade com a experiência empírica que ele tem da mesma e que quanto mais os gestores oportunizam a participação do coletivo escolar, mais fortalecido o grupo permanece. Buscou-se comprovar estas argumentações através de experiências exitosas de algumas instituições escolares e através de alguns dados do Relatório Educação para Todos no Brasil – 2000-2015 – Versão Preliminar, que evidenciou reformas e inovações na educação brasileira que refletiram na qualidade de ensino como um todo e na maneira do cidadão se perceber enquanto ator principal de todas as etapas do processo ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Descentralização, Multiculturalidade, Corresponsabilidade, Qualidade, Identidade.

1. Introdução

A escolha do tema deu-se pela necessidade de evidenciar que o sucesso na aprendizagem, envolvendo todos os atores deste processo só será possível quando houver o efetivo envolvimento de toda comunidade escolar e do entorno, em uma atmosfera de corresponsabilidade, autonomia e confiança mútua, onde cada qual conhece o seu papel na conquista da mudança consciente do cenário educacional que retrate a verdadeira identidade da comunidade.

Recorrendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, evidenciou-se o direito à busca da tão sonhada identidade escolar através da obrigatoriedade da elaboração compartilhada do Plano Político-Pedagógico, que passou a ser o referencial das instituições de ensino, na busca de elementos que traduzam os anseios da comunidade em questão. Nesse sentido, LIBÂNEO (2005, p.345) nos ensina que o projeto é “um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação que devem ser constantemente avaliados e adequados às necessidades contextuais”.

Tal hipótese encontrou consonância nas afirmações de Vasconcellos (2002, p.169) que define o projeto político-pedagógico como um planejamento participativo que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada e que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.

Ao longo deste trabalho, buscou-se definir também, com o apoio de Carbonell (2002), a diferença entre reforma e inovação na educação recorrendo a leis e iniciativas práticas de gestores que buscaram descentralizar o poder e construíram uma comunidade escolar atuante, feliz, comprometida e orgulhosa de suas tradições e aquisições.

Pretende-se mostrar a relevância deste estudo para que através de experiências exitosas compartilhadas neste trabalho, gestores, alunos, famílias e toda a comunidade escolar possa em conjunto, encontrar soluções locais para os problemas locais, onde o diálogo, o respeito e a cooperação sejam as vertentes norteadoras das mudanças que os atores desejam.

2. Objetivos

O presente trabalho deseja evidenciar que instituições de ensino que abrem suas portas para a participação da comunidade no processo ensino e aprendizagem, promovendo a socialização dos diversos atores escolares, compartilhando seus anseios e angústias, respeitando a cultura e a diversidade locais, têm maior probabilidade de alcançar o sucesso nos propósitos definidos.

3. Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi à pesquisa bibliográfica, por meio de livros impressos, revistas especializadas em educação, artigos disponíveis em sites confiáveis, leis educacionais, vídeos de iniciativas escolares de sucesso e artigos afins. Nesse sentido, encontra-se fundamentada teoricamente a partir das contribuições de autores como: Libâneo (2005), Vasconcellos (2002), Carbonell (2002), Gadotti (2007), Lück (2006); Resende (1998), Ataíde (2003), Machado (2000) e Freire (1967).

4. Revisão da Literatura

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, as instituições de ensino ganharam mais liberdade para avançar na busca da autonomia rumo a uma gestão compartilhada que atenda às perspectivas da comunidade rumo a uma educação efetiva e eficaz.

Com essa autonomia, vieram também as mudanças e às exigências para que as instituições de ensino se adequassem à nova maneira de administrar a gestão escolar, conforme nos mostra o artigo 12º da LDB:

Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Recorrendo à Vasconcellos (2002, p. 169), percebemos a importância do PPP no processo de mudança da educação brasileira que segundo ele pode ser entendido como um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade, sendo o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Nesse sentido, entendemos que quando há a elaboração conjunta do PPP, garantindo a participação de todos os atores da comunidade escolar, ele se torna a máquina propulsora do processo de engajamento e mudança no relacionamento dos atores entre si e como esses atores interagem com o processo ensino e aprendizagem.

De acordo com Gadotti (1994, p. 79) “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro”. Inserindo o ser humano neste contexto, não podemos deixar de vê-lo como um ser político que tem anseios e necessidades, direitos e deveres, que se socializa e desenvolve valores e habilidades e que busca autonomia para alcançar seus objetivos individuais e coletivos.

Nesse contexto, Gadotti acrescenta:

[...] Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém um estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus autores e atores. Gadotti (1994, p.579)

Acredita-se que a criação do PPP foi uma aquisição de suma importância na esfera educacional no que tange à liberdade e à democratização do ensino brasileiro, possibilitando ações conjuntas que aspiram transformações da realidade local no aspecto sócio-político-educacional.

De acordo com a etimologia da palavra, “participação”, originada do latim, “participatio” (pars + in + actio) significa ter parte na ação. Portando, compreende-se que

participar envolve acesso `a tomada de decisões, orientações e ações voltadas para atingir os objetivos propostos.

Conforme Lück (1998):

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afetas. (1998, p. 17).

Libâneo (2001) acrescenta que a participação é fundamental, por garantir a gestão democrática da escola, pois é assim que todos os atores do processo educacional da instituição estarão presentes, tanto na elaboração das propostas pedagógicas, projetos e eventos da escola, quanto na implementação e avaliação dos mesmos.

Recorrendo à Dutra (2011), em seu artigo *A Essência da Participação na Gestão Escolar*¹, compreendemos que participar vai além do sentido de ter uma obrigação com uma causa. Essa autora elucida que a participação envolve sentimento e luta: “Seria o sentir coletivo onde todos estão lutando pelo mesmo objetivo”.

De acordo com Dutra (2011) não se deve confundir gestão democrática com a participação dos membros de conselhos e colegiados apenas para legitimar decisões já tomadas pela equipe gestora.

Essa atitude discriminatória, onde uma parte do grupo se sente superior aos demais participantes que provém das camadas populares, achando-se capaz de decidir o que é melhor para o coletivo escolar, não reflete os princípios da gestão democrática e encontra sustentação nas palavras de (DEMO, 1999, p. 71): “[...] não há democracia sem seu ator principal, que é o cidadão”.

Por outro lado, Lück (2006) nos revela que os segmentos que atuam na escola exercem influência sobre a dinâmica e sobre os resultados educacionais e que isso depende também de uma competência em decidir e agir sobre as questões que a envolvem.

¹ Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/a-essencia-da-participacao-na-gestao-escolar/63879/>>

Espera-se então que estimulando a participação coletiva de maneira democrática e efetiva, todos os atores possam beneficiar-se com uma educação de qualidade, que forma cidadãos críticos e conscientes de sua participação na sociedade civil.

Com a globalização, politização e acesso a várias mídias como forma de comunicação, interação, socialização e aprendizagem contínua, o diretor mais do que nunca sente o peso de precisar estar preparado para desempenhar vários papéis em sua função e cada vez mais é exigido deste profissional, formação, capacitação e habilidade para administrar a instituição educacional e as situações geradas dentro e fora deste contexto.

Atualmente, temos observado muito despreparo dos gestores para lidar com situações adversas de várias naturezas e a esse respeito Libâneo nos adverte:

É desejável que os candidatos à eleição ao cargo de gestor tenham formação profissional específica e competência técnica, incluindo liderança, capacidade de gestão e conhecimento de questões pedagógico-didáticas. (LIBÂNEO, 2005, p.332).

Além das atividades de administrador escolar, coordenador pedagógico, articulador, o diretor é um gestor de pessoas e situações das mais variadas naturezas, envolvendo também questões de planejamento, organização, mediação e controle.

Nessa perspectiva, Lück (2000, p.12) acrescenta que:

O diretor escolar é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos.

Trazendo-o para o contexto deste trabalho, podemos compará-lo também a um diretor de cinema ou novela, que tem todos os elementos, as ideias e o elenco sob o seu controle, pois ele tem consciência do produto final que ele pretende obter, e para isso, ele precisa compartilhar a construção de sua obra-prima com todos os atores, câmeras, autores, continuístas, figurinistas, figurantes, dublês, maquiadores e outros apoiadores para que em harmonia esta equipe chegue a um consenso sobre como adequar todos estes talentos juntos para que o conjunto da obra seja favorecido, entretanto, nesse processo, ele precisa exercer sua liderança para que o foco não se perca.

Somando-se a essa gama de qualidades, um bom gestor necessita ter capacidade de planejamento e de prever ações e reações conflitantes, tendo assim condições de replanejar e reorganizar seu trabalho.

A respeito disso Padilha nos alerta:

Planejar, em sentido amplo, é um processo que visa a dar respostas a um problema, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para a sua superação, para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico, e político de quem planeja e de com quem se planeja. (PADILHA,2001,p.96)

Essa nova concepção de liderança é produto dos tempos e exigências modernas, entretanto a necessidade de uma pessoa que tomasse decisões e guiasse um grupo, sempre existiu.

Bass (2008, p. 3), nos elucida que estudos antropológicos, tendo como base povos primitivos, concluíram que o líder é elemento presente em praticamente todos os aglomerados humanos, independente dos aspectos culturais e da complexidade de arranjos sociais e organizacionais.

Nesse sentido Bennis acrescenta:

Os líderes conhecem a si mesmos, conhecem e desenvolvem seus pontos fortes. Também têm a faculdade de tornar as ideias tangíveis e reais para os outros, para que possam apoiá-las, e ter como “primeira competência da liderança, o gerenciamento da atenção através de um conjunto de intenções ou pontos de vista, não em um sentido místico ou religioso, mas em um sentido de resultados, metas e direção” (1996, p.80).

Esse autor nos assegura que a característica mais aparente de um líder é a sua capacidade de trazer as pessoas para perto de si, pois os bons líderes também tornam as pessoas esperançosas.

Topping (2002, p.103) ao analisar as competências de uma liderança e o seu desenvolvimento nos revela que a capacitação do pessoal para que dê o melhor de si é o cerne da liderança gerencial.

Como um diretor cinematográfico, que não aparece durante a exibição de sua obra, em grande parte do tempo, o diretor escolar também está ausente da instituição devido às atribuições burocráticas que fazem parte de suas funções, entretanto, quando sua liderança é estabelecida, ela deixa marcas que caracterizam o seu trabalho e norteiam as ações do elenco, que procura manter a mesma atmosfera e ritmo no cumprimento de sua ocupação.

Segundo Topping (2002, p.103) a liderança tem muito mais a ver com criar ambientes onde as pessoas tenham condições de alcançar o sucesso do que tomar decisões e agir por conta própria.

No contexto cinematográfico, quando um diretor sente que seus atores estão prontos para as filmagens, após exaustivos diálogos e ensaios, ele os chama para o momento da “luz, câmera, ação.”.

No contexto escolar, o presente trabalho pretende comparar a “luz” como o despertar de cada ator para sua importância nesse ato de construir junto com toda a comunidade escolar um ambiente propício ao processo ensino e aprendizagem, onde todos se beneficiem com essas mudanças.

A “câmera” representa que o foco está nele, enquanto ser uno e indispensável que possui qualidades e características próprias que somadas à de outros, farão a diferença na conclusão da obra.

O chamado para a “ação”, impele os atores a sair do seu estado de comodismo e mais do que isso, permite que os mesmos tenham liberdade de expressão. E é nesse estágio que as mudanças começam a acontecer, os talentos afloram e o potencial criador se traduz em aprendizagem, conforme nos ensina Freire:

Não houvesse esta integração, que é uma nota de suas relações, e que se aperfeiçoa na medida em que a consciência se torna crítica, fosse ele apenas um ser da acomodação ou do ajustamento, e a História e a Cultura, domínios exclusivamente seus, não teriam sentido. Faltaria-lhes a marca da liberdade. Por isso, toda vez que se suprime a

liberdade, fica ele um ser meramente ajustado ou acomodado. E é por isso que, minimizado e cerceado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente a sua capacidade criadora. (1989, p.42)

4.1. Experiências Exitosas

Como um filme que é indicado ao “Oscar” em várias categorias, podemos comparar as instituições de ensino onde seu gestor despe-se de toda vaidade de assumir o papel principal e se junta aos coadjuvantes nas cenas de menos destaque, mas que no capítulo final encantarão os espectadores com um desfecho surpreendente.

Nesse contexto, podemos citar como espectadores, as pessoas que não assumiram sua função de atores (coadjuvantes ou principais), mas que direta ou indiretamente relacionam-se com a trama escolar:

Podemos citar pais de alunos que não participam da rotina escolar de seus filhos, alunos que visam beneficiar-se das falhas do sistema, professores indiferentes às demandas do coletivo escolar, funcionários descontentes e indiferentes aos problemas locais, dirigentes, supervisores e secretários descrentes e despreparados para vencer as barreiras burocráticas, entre outros que deveriam assumir o papel de atores, mas que preferem ser meros espectadores deste filme de suspense: “A Educação Brasileira”.

Na contramão dessa vertente, encontramos comunidades que optaram por transformar este suspense em uma história de amor:

O exemplo da Escola Municipal de Iputinga, citado por Lück (2005, p.113) nos revela que quando se consegue associar vontade política da administração como desejo de melhoria por parte da equipe escolar e da população envolvida, a escola responde prontamente na direção da mudança.

Lück (2005, p.113) nos conta que a Secretaria Municipal de Educação do Recife apostou na democratização da gestão como ponto de partida para a construção de uma educação de qualidade para seus moradores, que já estavam contagiados pela vontade de mudar.

Como a maioria das escolas públicas, Lück (2005, p.113; 114) nos revela que esta escola funcionava em condições precárias, sem espaço adequado para biblioteca ou prática esportiva, com insuficiência de equipamentos, mobiliários e recursos didáticos.

Entretanto, essa mesma autora acrescenta que apesar de toda essa diversidade, o grupo gestor, funcionários, professores e técnicos atuavam em consonância com o forte desejo da comunidade por uma educação de qualidade.

Nesse sentido Lück (2005, p.114) nos chama a atenção de que juntos, essa comunidade conseguiu criar o primeiro Conselho Escolar de Pernambuco e que a partir daí a dinâmica das relações se modificaram através da criação de novos espaços de participação e realização onde todos opinam e são ouvidos.

Nessa perspectiva, Lück acrescenta:

Há no momento, uma grande expectativa sobre os resultados de recuperação dos alunos e o aprofundamento das questões pedagógicas, previsto pelo projeto da escola, para o próximo ano. Aos poucos, a escola vai se renovando, objetivos comuns vão se impondo, as divergências enfraquecem, o coletivo toma corpo e fortalece-se e em última instância, a escola encontra seu caminho. (Lück, 2005, p.114).

Lück ainda nos orienta sobre as ações que garantiram o sucesso dessa escola:

- Democratização da gestão escolar.
- Democratização do acesso de alunos à escola e garantia de sua permanência nela.
- Acompanhamento da execução do projeto pedagógico da escola por supervisor pedagógico.
- Reuniões pedagógicas de revisão, preparação de material, organização de experiências, etc.
- Planejamento de ação pedagógica, com base em avaliação diagnóstica sistemática e contínua.
- Planejamento assumido como processo contínuo.
- Comprometimento da comunidade com a educação.
- Atenção à ação coletiva. (LÜCK, 2005, p.114)

Em um relato mais recente, Cortes (2013) nos revelam em seu artigo *Educação e Aprendizagem*² sobre a experiência bem sucedida vivenciada pela Escola Campos Sales do bairro de Heliópolis, São Paulo.

Fazendo um retrospecto ao contexto histórico e social no qual a escola foi criada, em 1956, Cortes (2013) nos conta que a região pertencia à zona rural e atendia a filhos dos trabalhadores de chácaras e olarias, e que posteriormente com a inauguração do Hospital de Heliópolis, houve a migração de trabalhadores nordestinos que passaram a ocupar o bairro de maneira desorganizada, somando-se ainda aos moradores expulsos do bairro de Vergueiro.

Nesse contexto, Cortes descreve o então cenário do bairro:

Os puxadinhos e gatos dominam. Os anos que se seguiram, marcaram Heliópolis pela onda de violência, pela presença intensa do tráfico de drogas e a região ganha fama internacional “de maior favela do mundo”. A Campos Salles também sofre com a [sic] estigma e passa a ser conhecida como a escola dos “favelados e marginalizados”. (CORTES, 2013)

“Este é o cenário que o diretor Braz Nogueira encontrou quando assumiu em 1996 a gestão da instituição.” (CORTES, 2013).

Essa mesma autora nos revela a estratégia de derrubar muros e paredes usadas pelo diretor que logo iniciou um processo de aproximação com a comunidade, realizando cursos para pais e lideranças sobre a importância da educação e cidadania.

Cortes (2013) acrescenta ainda que o lema dos cursos era: “Tudo passa pela educação”.

Na sequência, a autora discorre sobre o surgimento das diversas comissões de trabalho e que após dois anos de plena atividade, o Conselho Escolar, firma-se, transformando a “escola de favelados” na “escola da comunidade”.

A história desta comunidade segue enfrentando um contexto social difícil, com traficantes impondo toque de recolher e com o gestor transformador e democrático, compartilhando decisões com seus atores escolares.

² Disponível em <http://www.escolasqueinovam.org.br/2013/05/24/506/>

De acordo com Cortes (2013), em uma noite, o diretor em comum acordo com os alunos se negou a fechar a escola e a partir daí fundaram um grêmio com consciência política e social aprofundadas e que reivindica a paz dentro e fora do ambiente escolar.

Na sequência a autora nos revela sobre uma tragédia que ocorreu nesta comunidade, onde uma jovem de 16 anos foi baleada na cabeça, causando grande comoção entre os moradores que decidiram fazer um levante pacífico.

Como consequência, Cortes discorre sobre o despertar dessa comunidade para os sentimentos humanitários:

E a escola lidera a primeira caminhada pela paz, ato que vem se repetindo em todos os meses de junho e que este ano completa sua 15ª edição. Momento em que o debate sobre os direitos humanos e a solidariedade às famílias vítimas de violência transformam lágrimas em esperança pelas ruas de Heliópolis. (CORTES, 2013).

Nesse contexto de inconformidade com um passado marcado pela desorganização social que gerou um presente conturbado e violento, esses atores vislumbram um roteiro que finalize esse filme dramático e se transforme em constantes noticiários de realizações e mudanças positivas para todo o elenco.

Sob essa perspectiva, Santos confirma que:

A verdade é que, depois de séculos de modernidade, o vazio do futuro não pode ser preenchido nem pelo passado, nem pelo presente. O vazio do futuro é tão só um futuro vazio. Penso, pois, que, perante isso, só há uma saída: reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidades. (SANTOS, 1997, p.322)

Ao encerrar a descrição da experiência vivida pela comunidade de Heliópolis, Cortes (2013), nos revela que a diversidade sempre existiu e sempre existirá e que eles ainda têm sérios problemas pedagógicos para resolver. Entretanto, a comunidade participativa e crítica, já reconheceu sua importância na mudança do contexto escolar e da educação na vida desta comunidade.

Nessa linha de raciocínio, a comunidade se autodenomina como um “Bairro Educador”, onde aquele que ensina também aprende e aquele que aprende, também ensina. (CORTES, 2013).

Ao pesquisar sobre escolas que conseguiram mudanças significativas no aspecto pedagógico, na manutenção de alunos matriculados, aprovação, participação comunitária, entre outros aspectos, não podemos deixar de destacar a importância do respeito às diferenças sociais, culturais e ideológicas estabelecidos na construção do Projeto Político Pedagógico de cada instituição escolar e contemplados no decorrer do prazo estimado para a sua consecução.

Apoiamo-nos em Resende (in VEIGA, 2005, p.33) que afirma: “A multiculturalidade é um fator que contribui para a construção da identidade escolar e que torna a escola um ambiente de aprendizagem inter-relacional”.

Moreira (2001) corrobora com outros autores quando evidencia que:

A multiculturalidade não se reduz a algo em que se acredite ou com o qual se concorde. Ela de fato existe, está entre nós e representa, neste fim de século, uma condição de vida nas sociedades ocidentais contemporâneas. Podemos ignorar ou abordar essa realidade de diferentes modos, mas não podemos apagá-la: ela permanece, independentemente de nossas respostas e de nossas reações. Ela estará sempre presente nos sistemas escolares, nas escolas, nas salas de aula, nas experiências da comunidade escolar, afetando inevitavelmente as ações e as interações de seus diferentes sujeitos (MOREIRA, 2001, p.85).

4.2. Resultados

Segundo o Relatório Educação para Todos no Brasil – 2000-2015³ – Versão Preliminar, solicitado pela UNESCO aos 164 países que se comprometeram a tentar atingir as seis metas na “Educação para Todos” até 2015, o Brasil vem mostrando avanços significativos desde o ano 2000.

³ Disponível em :<portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task..>

Tais metas são relacionadas ao cuidado e educação na primeira infância; educação primária universal; habilidades de jovens e adultos; alfabetização de adultos; paridade e igualdade de gênero; e qualidade da educação.

Mostraremos alguns dados e análises significativas para a sustentação deste trabalho. Mais do que os dados obtidos, podemos considerar a mudança no contexto histórico geral no que diz respeito à contribuição para a melhoria da educação brasileira.

Quem imaginaria na década de 60, por exemplo, que o Ministério da Educação abriria um espaço para interagir com a população a respeito de mudanças no campo educacional? Esse Relatório Preliminar teve a participação do povo no site do MEC com a finalidade de retratar a perspectiva do Brasil sobre sua própria trajetória na elaboração do produto final. O que dizer então da criação de uma Emenda Constitucional para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação?

Evidencia-se no Relatório Educação para Todos no Brasil – 2000- 2017 – Versão Preliminar que a Emenda Constitucional nº 53/06 e a Lei nº 11.494/07 contribuíram para aumentar significativamente o volume de recursos para este nível de escolaridade.

Outra aquisição importante para a população foi a ampliação da escolaridade obrigatória de 7 a 14 anos para 4 a 17 anos segundo a Emenda Constitucional nº. 59/2009, em processo de implantação gradativa até 2016.

Esses marcos legais e a mudança cultural frente aos hábitos da população em buscar vagas no ensino público e conseguir esse acesso para as crianças menores de 7 anos poderem ter direito à creche e à pré-escola nos revelam mudanças em dois aspectos.

Evidenciou-se que houve tanto reforma quanto uma inovação na educação brasileira, segundo preconiza Carbonell (2000). Questiona-se a possibilidade destas conquistas na educação brasileira caso houvesse apenas uma das situações citadas.

Como consequência de algumas destas inovações e reformas no ensino público brasileiro, evidenciou-se que o atendimento escolar por faixa etária ampliou-se consideravelmente atingindo 41,2% entre 4 e 6 anos, 95,8% de 7 a 14 anos e 81,1% de 15 a 17 anos. Em relação à população de 15 anos e mais, a taxa de analfabetismo chegou a 14,7%,

em 1996. Ao lado de tais medidas, outros importantes passos foram dados no sentido de promover a qualidade da educação: o estabelecimento de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); a criação de um Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de âmbito nacional; a melhoria da formação docente, dentre outras.

Corroborando com este estudo, o Relatório Educação para Todos no Brasil – 2000-2017 – Versão Preliminar, também contempla a questão do respeito à diversidade e multiculturalidade que é reflexo de ampla discussão no país para que grupos majoritários não sejam beneficiados em detrimento a minorias, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

No plano legal, foram concebidos instrumentos como a lei que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (Lei nº 10.639/2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004). Com relação à valorização da multietnicidade e do plurilinguismo relativos aos Povos Indígenas, foi concebida a Lei nº 11.645/2008 que tornou obrigatória a inserção nos currículos das escolas brasileiras a temática das Culturas e das Histórias dos Povos Indígenas. Questiona-se ainda sobre a metodologia e recursos utilizados para a elaboração de tais aulas e sua aceitação por outros grupos étnicos e sobre a capacitação dos professores para abordar tais assuntos de maneira diversificada e envolvente.

Quanto aos muitos desafios revelados neste Relatório, podemos destacar a valorização e o respeito ao professor. Será que esforços empreendidos pelo governo no sentido de se estabelecer um piso salarial e possibilidade de formação superior, seriam suficientes para o reconhecimento e uma maior motivação deste ator tão importante no contexto educacional?

Dados revelam que no período 2000-2013, enquanto o percentual de docentes do setor privado com nível superior cresce 18,2% o crescimento do setor público alcança 74,5%.

Finalizando esta análise do Relatório Educação para Todos no Brasil – 2000-2015 – Versão Preliminar, com a finalidade de subsidiar dados para a relevância deste estudo, constatamos que muitos avanços foram conquistados, principalmente no ensino fundamental. Dados do SAEB compreendendo o período de 1999 a 2011 revelam que enquanto as taxas de

aprovação crescem 11,9% no ensino fundamental, cresce apenas 1,3 no ensino médio e que apresenta as taxas de reprovação do ensino fundamental e ensino médio no período 1999 – 2011 e permite observar que enquanto no ensino fundamental ela cai 7,7%, no ensino médio ela aumenta 81,9%. Quais seriam as causas dessa queda no rendimento e aumento nos índices de reprovação? Será que as famílias que acompanham de perto a vida escolar dos filhos no ensino fundamental, continuam motivando e auxiliando os estudos dos jovens?

Espera-se com essas análises e com esses questionamentos que mais estudos sobre o tema da participação popular, e a descentralização de todo tipo de poder na educação brasileira sejam realizados para que as futuras gerações possam conquistar patamares de qualidade educacional cada vez maiores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas ao longo deste trabalho pautado em afirmações e evidências de autores que nos mostraram que planejamento, descentralização do poder, gestão participativa e respeito à multiculturalidade são os ingredientes que fazem a diferença na qualidade das relações dos atores escolares, advindos dos gabinetes ou das camadas mais desfavorecidas das comunidades. Consequentemente, comprova-se que essa atmosfera harmoniosa que privilegia o diálogo se traduz na melhoria da qualidade do processo ensino e aprendizagem não só para escolas isoladamente, mas para a nação que reflete essa dialética. Esperamos que atores e diretores que ainda não estudaram o roteiro deste novo filme o façam pela sobrevivência da instituição educacional pública. Gestores e demais atores escolares que ainda são resistentes à mudança de atitude perante uma sociedade que se encontra em ritmo de transformação acelerada devido aos recursos tecnológicos podem ser comparados com atores do cinema mudo e dos filmes em preto e branco, que necessitavam chamar a atenção para sua atuação para que seu talento fosse reconhecido e o enredo fosse compreendido. Atualmente, os efeitos especiais, a interação do elenco, a soma e mistura dos talentos concomitantemente é que garantem a beleza do espetáculo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMO, P. **Participação é Conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra , 1989 . 150 p.

GADOTTI, M. **Uma só escola para todos**. Caminhos da Autonomia Escolar. 1. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 205 p.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.(Coleção Questões da Nossa Época: v . 24) 78p.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9.394/1996. Promulgada em 20/12/1996 Editora do Brasil S/A

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F de; TOSCHI. **Educação escolar**: política, estrutura e organização. 2ª.Ed.SãoPaulo:Cortez, 2005.

LÜCK, H. et al. **A Escola Participativa**: O Trabalho do Gestor Escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LÜCK, H. **A Escola participativa**. O Trabalho do Gestor Escolar. 3.ed.Petrópolis, RJ : Vozes,2005. 159 p.

MOREIRA, A.F.B. (2001). **Multiculturalismo, currículo e formação de professores**. In Currículo: políticas e práticas. Papirus, (pp. 81 – 96), Campinas, Brasil.

VEIGA, I. P. A.; KAPUZINIAK, C.; ARAUJO, J. C. S.. **Docência**: uma construção ético-profissional. Campinas-SP: Papirus, 2005. V. 1. 142